

Audiência Pública – Leasing: Arrendamento Mercantil e Cobrança do ISS

Câmara dos Deputados

Frente Nacional de Prefeitos
Brasília, 17 de outubro de 2013

DIFERENÇAS:

LEASING

Restituição do bem:
Tríplice opção

Pagamentos (contraprestações):
Além do uso e gozo, deve englobar os custos de financiamento e amortização.

Objeto do contrato:
Leasing: “locação do bem” e financiamento (além da possível compra do bem).

Previsão Legal:
Leasing: Lei 6099/74, alterada pela Lei nº 7.132/83



LOCAÇÃO

Restituição do bem:
Necessária ao fim do contrato

Pagamentos (contraprestações):
contemplam apenas o uso e gozo do bem

Objeto do contrato:
Locação: locação do bem

Previsão Legal:
Locação: arts. 565 a 578 do Código Civil (Lei 10.406/2002)

DIFERENÇAS:

LEASING

Transferência do crédito

Receptor do crédito (dinheiro) é o fornecedor do bem. Nenhum crédito é disponibilizado pela Instituição Financeira ao Arrendatário

Objeto disponibilizado pela I.F. ao Cliente

Bem

Propriedade do Bem:

Cliente tem apenas a posse e não a propriedade

Venda do bem a terceiros

Possível apenas se houver previsão contratual (neste caso, necessária a concordância expressa da Arrendadora)



FINANCIAMENTO

Transferência do crédito

Transferência direta de crédito da instituição financeira para o cliente, por determinado tempo, a título oneroso (fato gerador do IOF)

Objeto disponibilizado pela I.F. ao Cliente

Pecúnia

Propriedade do Bem:

Transferência da propriedade ao cliente (registro no Ativo – PJ)

Venda do bem a terceiros

Financiamento: Possível (juntamente com a transferência da dívida)

DIFERENÇAS:

LEASING

Antecipação de parcelas

Não há desconto sobre o saldo devedor restante (encargos financeiros)

IMPOSTO

ISS (exceto o Leasing Operacional)

Imposto de Renda, PIS e COFINS

Contraprestações pagas podem ser lançadas como despesas operacionais e deduzidas da base de Cálculo (PJ)

Instituição Operadora:

Sociedade de Arrendamento Mercantil e Bancos Múltiplos com carteira de arrendamento mercantil (art. 1º da Res. 2309/96)

Prazo do Contrato

Nº mínimo de parcelas



FINANCIAMENTO

Antecipação de parcelas

Há desconto nos encargos financeiros incidente sobre o valor antecipado

IMPOSTO

Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF)

Imposto de Renda, PIS e COFINS

Prestações não podem ser utilizadas para dedução da BC de qualquer tributo

Instituição Operadora:

Instituições Financeiras em geral, autorizadas pelo BACEN (financiamento e crédito)

Prazo do Contrato

Não tem prazo mínimo (quantidade fica a critério do tomador do empréstimo)

ISS

Lei Complementar nº 116/2003 (ISS), art. 1º:

O ISS tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa

15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).



Lei Complementar nº 87/1996 (Dispõe sobre o ICMS), art. 3º:

O ICMS não incide sobre: VIII - operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.

Obs: O ICMS incidirá sobre a operação de compra e venda do bem, entre o fornecedor e a Arrendatária.

ICMS

Critério Espacial para cobrança do ISS

- **Local (município) em que ocorre a ação prevista no critério material, dando origem a obrigação jurídica-tributária entre o sujeito ativo e sujeito passivo.**
- **Local onde considera-se ocorrido o Fato Gerador.**

Critério Espacial

LC 116/2003

Art. 3º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local:

Art. 4º **Considera-se estabelecimento prestador** o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Critério Quantitativo

Base de Cálculo x Alíquota = Montante do tributo devido pelo sujeito passivo ao sujeito ativo

Lei Complementar nº 116/2003

Art. 7º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

GUERRA FISCAL

Lei nº 3.269/2007 (PREFEITURA DE POÁ)

Art. 2º Dá nova redação ao artigo 190 da Lei Municipal nº 2614/97, nos termos seguintes:

“Art. 190 A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, assim considerada a receita bruta.

§ 2º Não serão incluídos no preço do serviço:

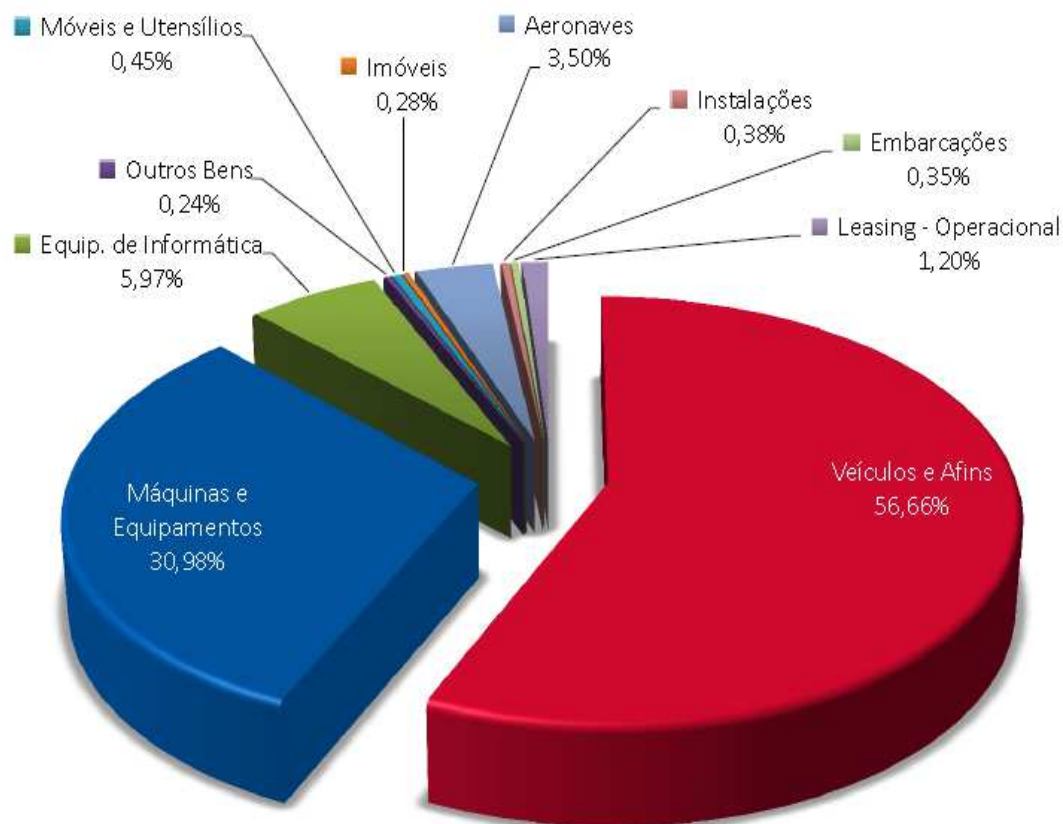
- a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica**
- b) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido;**
- c) PIS/PASEP**
- d) COFINS”**

Lei Complementar nº 185, de 2007 (PREFEITURA DE BARUERI): Idênticas exclusões

Lei nº 2.499, de 2003 (PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA), art. 14, § 4º:

A base de cálculo do imposto será o correspondente a 37% (trinta e sete por cento) do valor bruto do faturamento.

BENS OBJETO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (BASE: RECURSOS EMPREGADOS NO ARRENDAMENTO DO BEM)



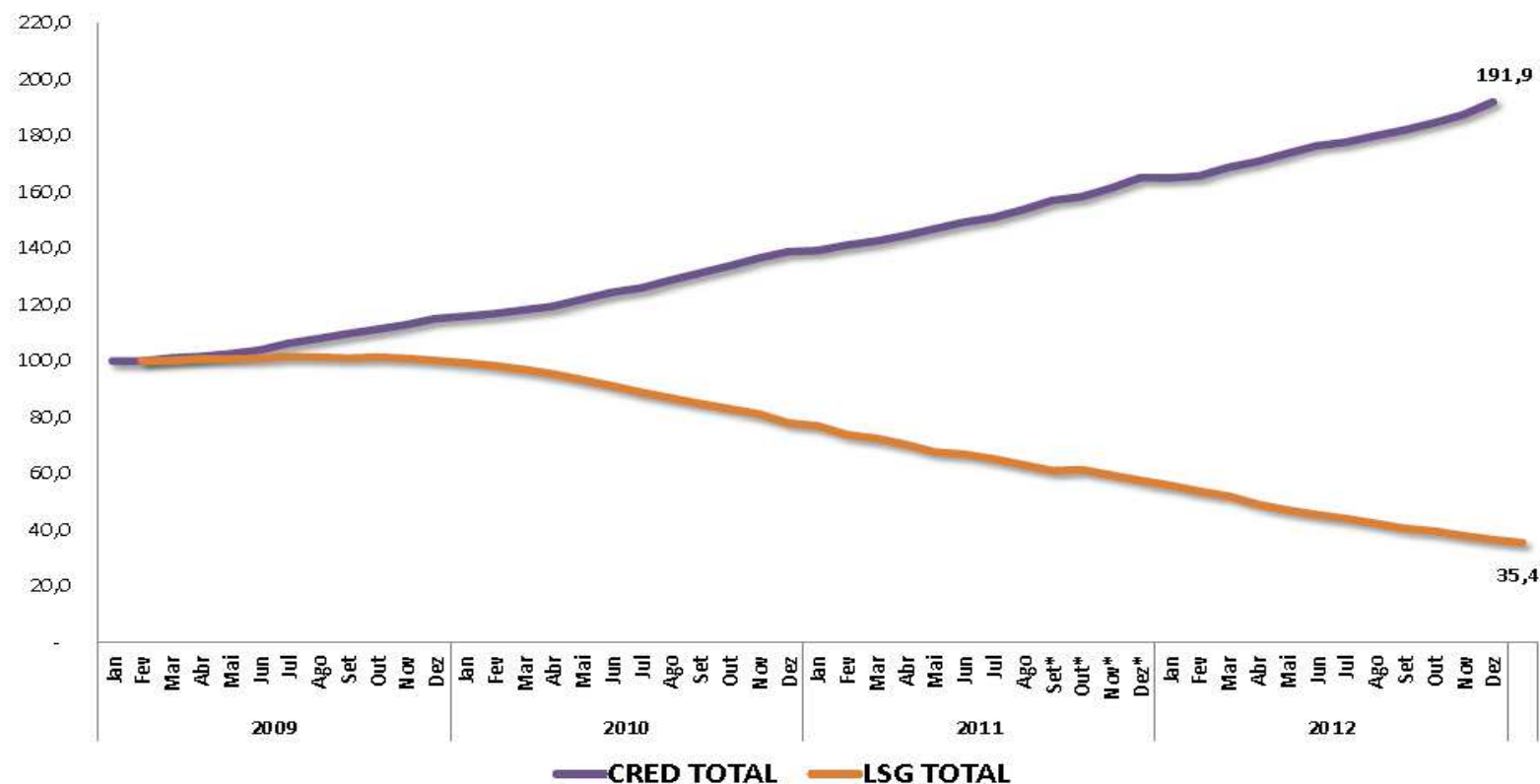
Fonte: Abel - Associação Brasileira das Empresas de Leasing

Dados: dez/2012

Queda nas operações de leasing comparativamente às operações de crédito

Crédito - Evolução (Jan/2009 = 100)

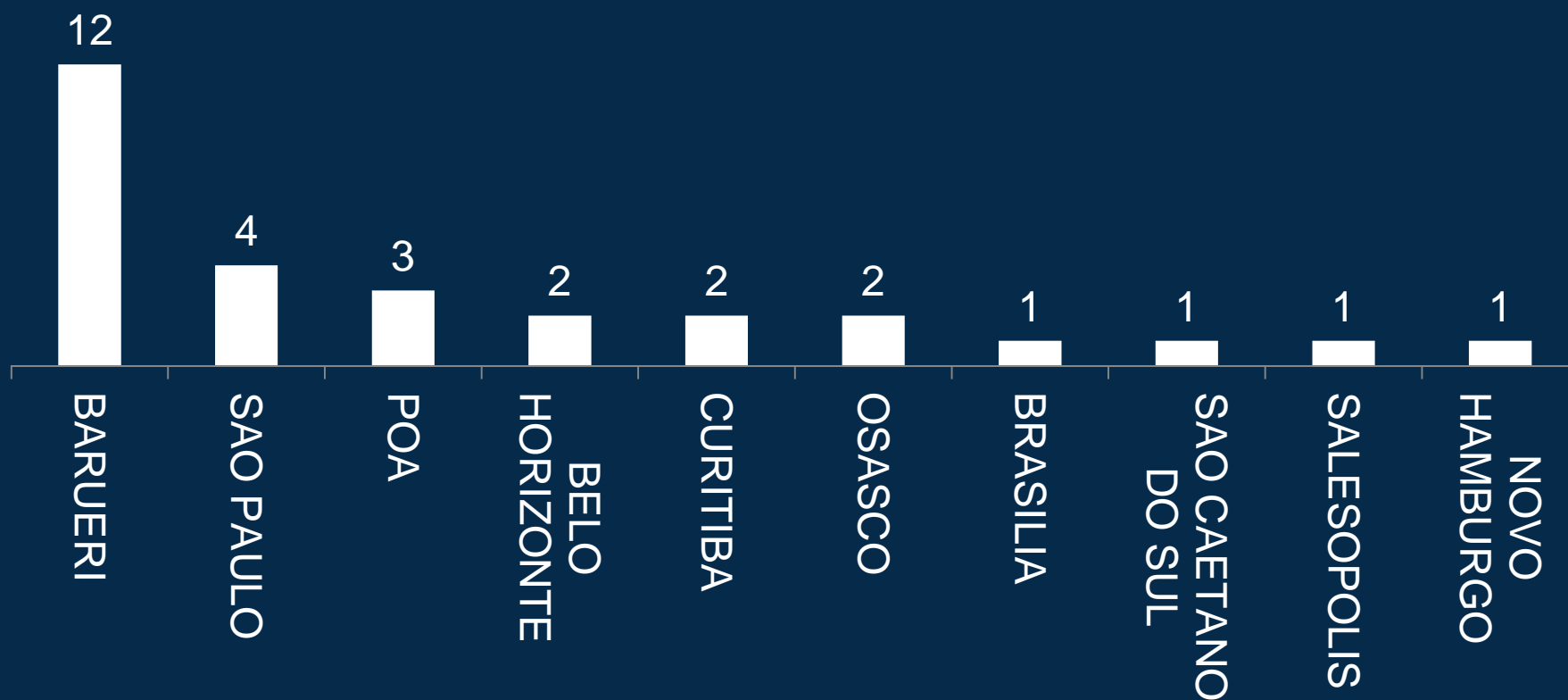
abel
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EMPRESAS DE LEASING



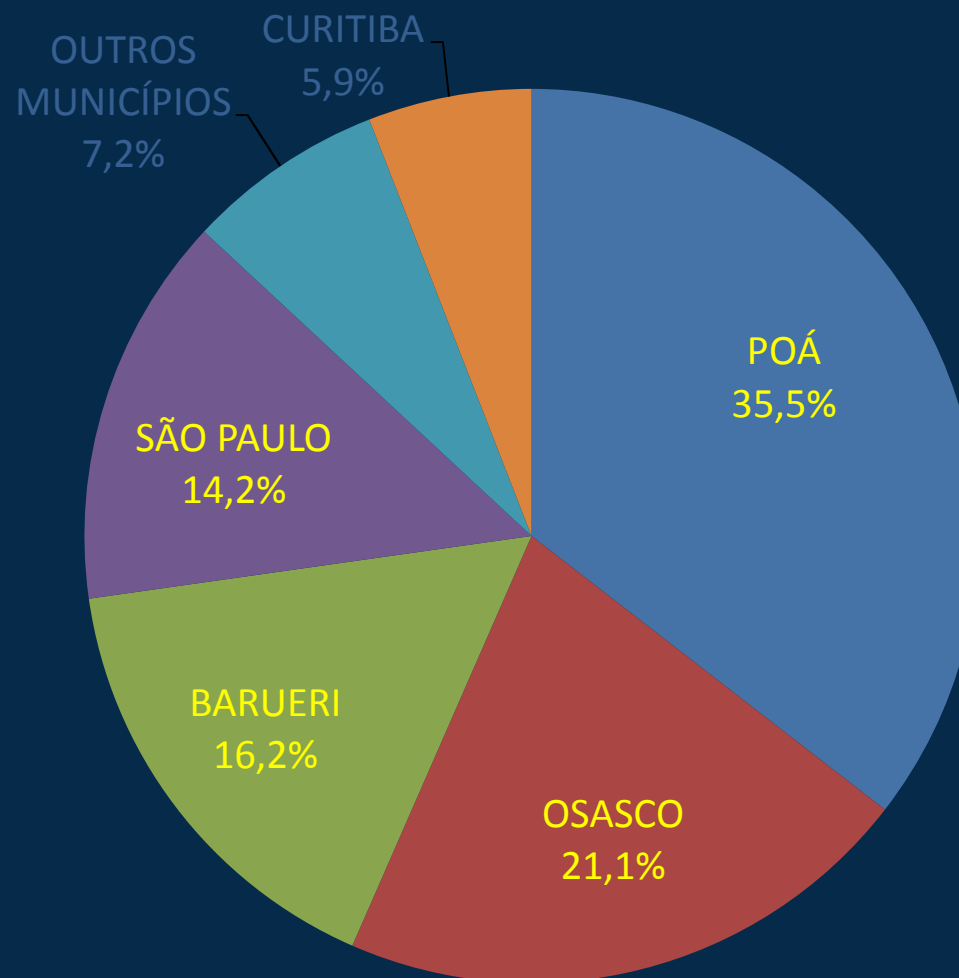
Fonte: BCB/Nota à imprensa/quadros 9, 9A/ABEL

Empresas de Leasing por Município

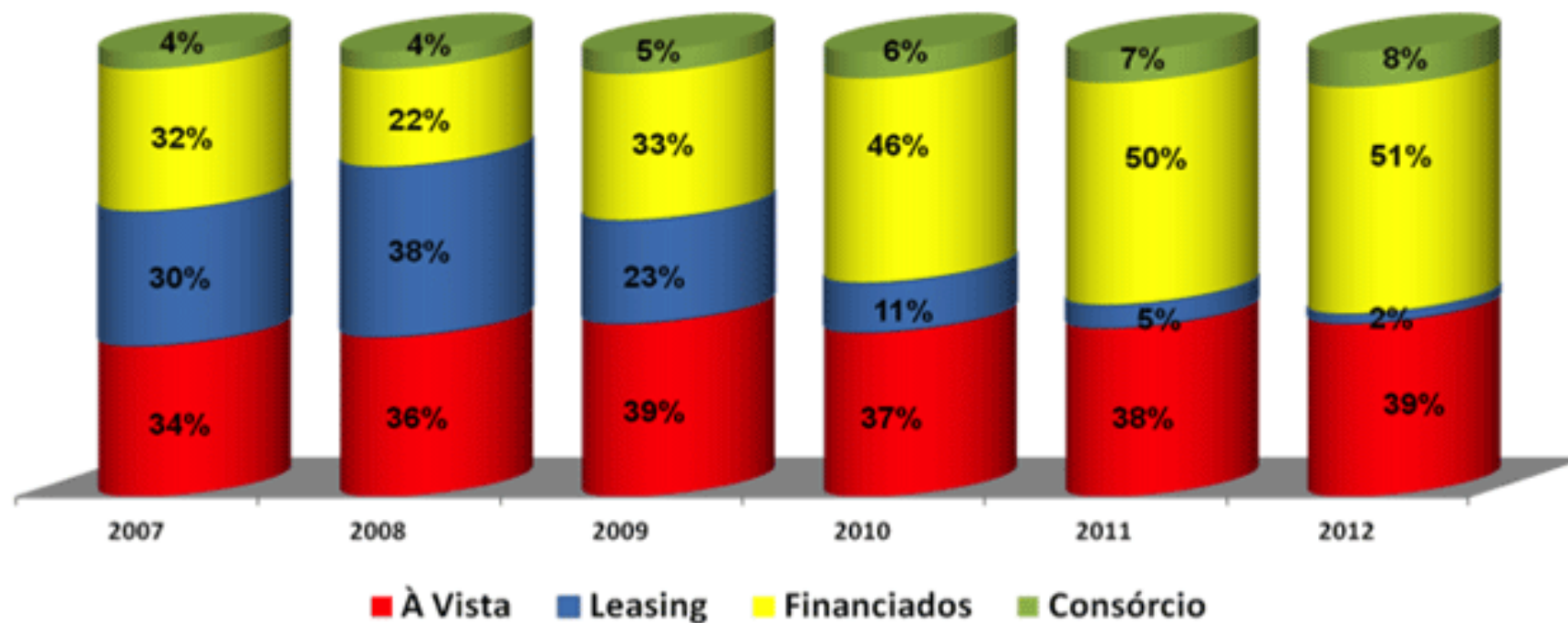
Total = 29 Empresas



Distribuição da Receita de Arrendamento Mercantil por Município (%)



MODALIDADES DE PAGAMENTO NA VENDA DE VEÍCULOS E COMERCIAIS LEVES



Fonte: ANEF – Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras

Hipótese: O serviço ser considerado prestado e o imposto devido no local do domicílio do tomador

- Neste caso, o domicílio do tomador não se caracteriza no local da ocorrência do núcleo da operação: o FINANCIAMENTO
- Soluções casuísticas não resolvem a GUERRA FISCAL → exige solução estrutural para todo o ISSQN, inclusive no âmbito federativo intermunicipal.

Inviabilidade de Cobrança no Local do Tomador

Inviabilidade para o Fisco

- ✘ Cadastramento de TODOS os tomadores (pessoas físicas e pessoas jurídicas) domiciliados no território do Município. A esmagadora maioria dos tomadores tomará o serviço uma única vez.
- ✘ Como quase sempre desconhece a ocorrência do fato gerador em sua jurisdição, cada Município se encontraria na necessidade de instituir obrigação a todos os tomadores de apresentarem declaração rotineiramente, já que a emissão fiscal (NFS) é imposta aos prestadores => É ação necessária mas nada suficiente para a eficácia do recolhimento tributário já que não haverá corpo de auditores fiscais suficiente para processar e analisar essas declarações.

Inviabilidade para o Contribuinte

- ✘ Enquanto os prestadores são pouco mais de 20 no país, os potenciais tomadores serão milhares por Município!
- ✘ Os tomadores, por não serem prestadores do serviço (pessoas jurídicas), não terão a familiaridade de cumprir com a obrigação de pagar o ISS no prazo, nem de emitir declarações sobre o serviço tomado. Assim, incorrerão em multas, aumentando o passivo tributário, que no final das contas será incobrável em execução fiscal. Aumentará também o número de insatisfeitos, por estarem sendo demandados judicialmente.

Inviabilidade de Cobrança no Local do Tomador

Inviabilidade para o Fisco

- ✘ Dificuldade de obter dos tomadores informações sobre o serviço prestado via intimações fiscais.
- ✘ Necessidade de instituir obrigação acessória para os prestadores (declaração tributária sobre os fatos geradores realizados), mas como eles se encontrarão em outros Municípios, haverá a impossibilidade de exigir-lhes o cumprimento dessa obrigação.
- ✘ Se o tomador não recolher o ISS espontaneamente, nunca mais o Fisco municipal conseguirá cobrar-lhe. Lembremos que a emissão da nota fiscal, mesmo que eletrônica, é feita pelo prestador, em outro Município

Inviabilidade para o Contribuinte

- ✘ Para a emissão de nota fiscal e de declarações fiscais para o Município do tomador (diferente do Município onde o prestador está domiciliado), o prestador do serviço terá de conhecer a legislação de todos os Municípios (que poderão ser mais de uma centena) onde estão localizados seus tomadores, aumentando o custo da atividade, que será repassado no preço do serviço, cuja conta será paga também pelo tomador do serviço.

Inviabilidade de Cobrança no Local do Tomador

Inviabilidade para o Fisco

- ✘ A eventual execução fiscal, em vez de ser em montante de crédito tributário volumoso, viável de ser cobrado; seria feito em “migalhas”, milhares de execuções fiscais, cada uma com valor irrisório, certamente não compensando o custo do processo judicial que o Município terá para essas intermináveis execuções fiscais.
- ✘ Além disso, os devedores pessoas físicas não teriam bens suficientes para fornecer à penhora.
- ✘ O índice de sucesso em cobrança em execução fiscal – que hoje já é baixíssimo – menos de 10%, reduzir-se-ia ainda mais.

Inviabilidade de Cobrança no Local do Tomador

Prejuízo para os Municípios, como um todo

- ✘ A proposta impõe grande perda nacional considerando o volume de recolhimento do ISSQN agregado de todos os Municípios.**
- ✘ A soma do ISS Leasing Nacional passando a ser devido no tomador será MUITO MENOR do que a soma do ISS Leasing Nacional devido no local do estabelecimento prestador => ISSO ACARRETARÁ A NECESSIDADE DE MAIOR VOLUME DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DOS ESTADOS AOS MUNICÍPIOS.**
- ✘ Essa proposta não melhora a situação financeira de cada um dos Municípios.**

Local do Tomador - inviável

Hipótese: O serviço ser considerado prestado e o imposto devido no local do domicílio do tomador

- Neste caso, o domicílio do tomador não se caracteriza no local da ocorrência do núcleo da operação: o FINANCIAMENTO
- Soluções casuísticas não resolvem a GUERRA FISCAL → exige solução estrutural para todo o ISSQN, inclusive no âmbito federativo intermunicipal.
- O Tomador será o conjunto de todas as pessoas físicas e jurídicas com domicílio na jurisdição de um Município.
- A solução impõem grande perda nacional considerando o volume de recolhimento do ISSQN agregado de todos os Municípios = a soma das partes devido no tomador será menor (muito menor!) do que a soma das partes devido no local do estabelecimento prestador → **IMPORÁ MAIOR VOLUME DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DOS ESTADOS AOS MUNICÍPIOS**
- A solução não melhora a situação financeira de cada um dos Municípios:
 1. Impõem a todos Municípios cadastrar e fiscalizar todos os tomadores;
 2. Como quase sempre desconhece a ocorrência do fato gerador em sua jurisdição, cada Município se encontraria na necessidade de instituir obrigação a todos os tomadores de apresentarem declaração rotineiramente, já que a emissão fiscal (NFS) é imposta aos prestadores → ação necessária mas nada suficiente para a

Obrigado!

Gilberto Perre
Secretário-executivo
Presidente da Frente Nacional de Prefeitos